

ADOLESCÊNCIA, FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL: INTERVENÇÕES DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO FAMILIAR E EDUCACIONAL

CEZAR, Pâmela Kurtz; MELLO, Lauren Machado.

Revisão Bibliográfica

Curso de Pós Graduação: Especialização em Família na Contemporaneidade

Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

pamelakurtz@gmail.com; lazinha_machado@yahoo.com.br

RESUMO: Este trabalho caracteriza-se por ser uma revisão bibliográfica e objetiva refletir acerca das possibilidades de intervenções da psicologia no contexto familiar e educacional a partir das problemáticas da adolescência. Os resultados indicam que juntamente com a família, o contexto educacional também possui responsabilidades no que diz respeito à estruturação psíquica dos adolescentes e a psicologia pode auxiliar nesse processo, articulando os sujeitos envolvidos no resgate da subjetividade, autonomia e construção de uma nova realidade social. Conclui-se então que o psicólogo pode atuar como mediador, intervindo no sentido de aproximar e co-responsabilizar os sujeitos, ou seja, o adolescente, a família, a escola, a comunidade e o próprio Poder Público. Uma vez que a proteção social eficaz é aquela garantida por Políticas Públicas que atendam as reais demandas da população.

Palavras-chave: Adolescência; Família; Psicologia; Escola.

INTRODUÇÃO

Conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990:

Art. 227/CF - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Art. 7/ECA - A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Sabe-se que as relações familiares caracterizam-se como o primeiro ambiente do qual a criança participa ativamente. E por isso a família deveria ser a maior fonte de segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio, pois, nele a criança exercita papéis e experimenta situações, sentimentos e atividades. Carter (1995) destaca que assim que os filhos chegam à fase da adolescência, um dos desafios a serem enfrentados é o de preparar

a família para uma mudança qualitativa nos relacionamentos entre as gerações, visto que os filhos não são mais tão dependentes de seus pais. É durante essa fase que os filhos demonstram interesses fora da família, tanto na escola quanto com os amigos. Ao encontro dessa idéia, Prado (1996) complementa que na adolescência, além das mudanças corporais, que causam estranheza, ansiedade e tristeza, ocorrem mudanças no mundo das relações no qual o grupo de iguais acaba tornando-se tão ou mais importante que a família. Além disso, o desenvolvimento cognitivo, nessa fase, possibilita o adolescente ter uma atitude mais crítica em relação ao que acontece ao seu redor. Sendo assim, é difícil para os pais que já vivem seus próprios dilemas, conviver estreitamente ligado com essas capacidades críticas do adolescente.

Por conseguinte, quando a família não consegue dar conta das demandas provenientes da adolescência surgem conflitos que podem levar a momentos de desestabilidade familiar. E quando esses conflitos se tornam intensos é preciso buscar auxílio para além da família. Neste contexto que entram em cena as estratégias de proteção social, por meio da execução de Políticas Públicas intersetoriais. E é neste cenário, cheio de conflitos e sofrimentos que a intervenção do psicólogo torna-se fundamental.

Dessa forma justifica-se este estudo, uma vez que busca discorrer acerca das possibilidades de intervenções da psicologia no contexto familiar e educacional a partir da problemática da adolescência. Entendendo que a proteção social ao adolescente e às famílias é fundamental para garantir qualidade de vida a esses sujeitos que se encontram em períodos de vulnerabilidade. E a contribuição do ambiente escolar torna-se necessário neste processo, uma vez que outro ponto de referência para o adolescente é justamente a escola, pois, ela pode oportunizar uma experiência organizadora central na vida da maioria dos sujeitos, já que oferece oportunidades para adquirir conhecimentos, novas habilidades e proporcionar o conviver com amigos, ampliando os horizontes intelectuais e sociais do adolescente (PAPALIA & OLDS, 2000).

OBJETIVO

Refletir acerca das possibilidades de intervenções da psicologia no contexto familiar e educacional a partir das problemáticas da adolescência.

METODOLOGIA

Esta revisão bibliográfica foi elaborada a partir de pesquisas teóricas, constituída por materiais científicos como livros e artigos. Desta forma, classifica-se como um estudo

exploratório, objetivando proporcionar maior familiaridade com o problema, na tentativa de torná-lo mais explícito a fim de problematizá-lo (GIL, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase da adolescência é marcada por uma intensa transformação que afeta todos os membros da família, já que nesse período as crises evolutivas geram uma forte necessidade de mudanças familiares. Sendo que a família passa por processos fundamentais, que consistem na reconfiguração das relações pais/ filhos e num novo ritmo na vida familiar, que necessitam de reajustes já que provocam um intenso desequilíbrio nos padrões de vida estabelecidos e construídos anteriormente (CERVENY, 2002). Conforme Papalia & Olds (2000), os anos da adolescência são chamados de época de rebeldia adolescente, pois envolve agitação emocional, conflito na família e hostilidade para com os valores dos adultos. Os adolescentes passam a maior parte do tempo livre com os amigos, com os quais se identificam e se sentem à vontade. Eles às vezes parecem acreditar que os outros adolescentes compartilham de seus valores e que os mais velhos não.

E segundo Steinberg (apud BEE, 1997) o aumento na discórdia familiar, durante a adolescência, longe de ser um acontecimento apenas negativo, pode constituir um fato desenvolvimentalmente sadio e necessário, fazendo parte do processo de individualização e separação. Assim, há diversos âmbitos de intervenções nesse contexto e naquilo que permeia as famílias e seus membros. Dessa forma, o profissional da psicologia pode ajudar as famílias a encontrarem alternativas ou soluções saudáveis que possam romper com os ciclos que apresentam problemas referentes à incapacidade familiar de lidar com as tarefas da adolescência (CERVENY, 1997).

Por conseguinte, a adolescência tem sido apontada também, como “idade emocional”, época da vida em que o comportamento se acha freqüentemente sujeito a frustrações, conflitos e problemas de desajustamentos a novas situações. Há evidências de que a passagem da infância para a idade adulta não se dá obrigatoriamente em meio a tensões e conflitos. Mas é difícil, em sociedades mais avançadas do ponto de vista tecnológico, fugir à conclusão de que os numerosos problemas e exigências que pesam sobre o adolescente, que envolvem pressão dos pais, dos companheiros, da escola e de suas próprias necessidades, implicam no aumento da quantidade e na variedade de situações que conduzem a dificuldades de ordem emocional (NETTO, 1976). E em muitas situações pode ocorrer desse adolescente apresentar comportamentos inesperados e às vezes de risco que podem implicar em danos para o seu desenvolvimento saudável, como uso excessivo de drogas, atos de delinqüência juvenil, gravidez na adolescência, envolvimento com situações de violência, entre outras.

Nesse sentido, a literatura tem apontado a importância da família como rede de apoio para crianças e adolescentes, ao longo do desenvolvimento, frente a novos desafios e situações desfavoráveis a fim de proporcionar crescimento a todos os seus componentes (ABERASTURY & KNOBEL, 1981; BRITO & KOLLER, 1999). Entretanto, algumas famílias podem experimentar eventos tão negativos e não conseguir estabelecer um meio saudável de interações na rede de apoio, ocasionando uma falha no desenvolvimento emocional de seus membros (GARCIA & YUNES, 2006). E a instigação do psicólogo consiste em facilitar o caminho de desenvolver na família suas próprias capacidades, a fim de encontrar respostas que proporcionam o crescimento para todos. Também é desafio do psicólogo, o funcionamento em equipe interdisciplinar que em diversas vezes é exigido pela complexidade dos problemas apresentados (PRADO, 1996). Pois por meio de ações intersetoriais, que integrem, por exemplo, Políticas Públicas das áreas da saúde e educação pode-se garantir proteção social de qualidade.

As intervenções devem ainda considerar as particularidades das famílias, a maneira como reagem e como se adaptam, e assim, pensar junto com elas em novas construções e ressignificações, além de trabalhar com questionamentos e hipóteses, e nunca com estereótipos, como “família problemática” ou “família disfuncional”. Mas pensar enquanto famílias que estão em vulnerabilidade ou famílias que estão enfrentando uma crise. E as intervenções com famílias devem perpassar discussões acerca da rede de proteção, pois se sabe que um profissional sozinho não consegue dar conta das complexidades que envolvem as relações familiares, especialmente se existem conflitos intensos da ordem da adolescência. Todo esse processo tem a finalidade de ampliar os recursos e potencializar processos de co-responsabilização.

E é nesse cenário de co-responsabilização que o ambiente escolar torna-se fundamental, pois, é nele que o adolescente também expressa seus conflitos e potencialidades. E o psicólogo poderá auxiliar o professor a desenvolver a competência de gerenciar, de forma autônoma, a situação escolar. Assim, o trabalho do psicólogo na escola não é tratar de uma criança ou adolescente portador de alguma patologia (CURONICI, 1999). E conforme Andrada (2005), quando algum conflito se torna evidente na escola o psicólogo precisa chamar a família do aluno com a intenção de obter informações que possam ajudar na busca de soluções, além de refletir juntamente com a família e a escola o que pode estar causando essa dificuldade e criar estratégias para ajudá-los.

Outra possibilidade de intervenção no contexto escolar consiste em reuniões com os professores e diretores para discutir alternativas que possam ser pensadas para que o adolescente em conflito possa construir outras possibilidades saudáveis de relacionar-se. Além de ajudar os professores a refletirem sobre sua metodologia, em relação ao que pode não estar funcionando e o que pode ser melhorado. O trabalho com a equipe pedagógica

consiste em uma necessidade muito importante, através de espaços de diálogo com os mesmos para que juntos possam chegar a novas versões de um mesmo acontecimento, evitando a estigmatização dos alunos com dificuldades (ANDRADA, 2005).

No entanto, embora o contexto escolar não seja um lugar para terapia conforme apontado por Curonici (1999) pode ocorrer momentos de escuta envolvendo os diversos atores da escola. A partir da escuta há possibilidade de pensar acerca dos atravessamentos, variáveis, aspectos sociais e pessoais que envolvem cada membro da escola e planejar as intervenções necessárias para as demandas. Além de ouvir os professores, suas demandas e conseguir mobilizá-los a ter uma atitude participativa na busca de alternativas para as dificuldades, repensando novas práticas e novos olhares em relação ao aluno considerado como problema.

Por fim, entende-se que juntamente com a família, o contexto educacional também possui responsabilidades no que diz respeito à estruturação psíquica dos adolescentes e por isso a importância de se discutir a interface entre a família, escola e psicologia. Pois o adolescente expressa seus conflitos e dilemas tanto na família quanto na escola, e se houver comunicação entre esses sistemas, a probabilidade de resolver os conflitos de forma saudável torna-se maior. E a psicologia pode auxiliar nesse processo, articulando os sujeitos envolvidos no resgate da subjetividade, autonomia e construção de uma nova realidade social para o adolescente, sua família e o contexto escolar. Ressalta-se ainda que o psicólogo também precisa conhecer as Políticas Públicas disponíveis, e agir de forma intersetorial.

CONCLUSÕES

Esse trabalho propôs uma discussão teórica integrando adolescência, família e proteção social e as possíveis intervenções da psicologia no contexto familiar e escolar. E no que se refere às intervenções no contexto familiar concluí-se que é preciso que o psicólogo compreenda a família enquanto um sistema aberto e em constante transformação. É preciso também refletir acerca das potencialidades que existem em cada família, e trabalhar com a idéia de protagonismo dos sujeitos. Fazer com que cada membro dessa família possa ser co-responsável no processo de mudança.

Por conseguinte, para ajudar uma família que esta passando por um período de crise, intensificado pela adolescência, é preciso descobrir quais são as reais demandas familiares e qual a Rede de Proteção disponível na comunidade e no município. No entanto todo esse processo precisa ser pensado de forma interdisciplinar por meio de metodologias participativas e dialógicas e principalmente por meio de espaços intersetoriais que consigam oportunizar a articulação com o contexto escolar, pois por meio da interface família –

adolescência – escola, torna-se possível garantir proteção social integral aos adolescentes que se encontram em sofrimento.

Concluí-se então que o psicólogo pode atuar como mediador dessa relação, intervindo no sentido de aproximar e co-responsabilizar os sujeitos implicados no processo, ou seja, o adolescente, a família, a escola, a comunidade e o próprio Poder Público. Uma vez que a proteção social eficaz é aquela garantida por Políticas Públicas que atendam as reais demandas da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

ANDRADA, E. G. C. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, Vol. 18, n. 2, p. 196-199, 2005.

BEE, H. **O Ciclo Vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei 8.069: Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990.

BRITO, R. C; KOLLER, S. H. Redes de apoio social e afetivo e desenvolvimento. In A. M. Carvalho (Ed.). **O mundo social da criança: natureza e cultura em ação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 115-130, 1999.

CARTER, B. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para terapia familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. O. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CURONICI, C. **Psicólogos & professores: um ponto de vista sistêmico sobre as dificuldades escolares**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M. Resiliência familiar: Baixa renda e monoparentalidade. In Débora D. Dell'Aglio; Sílvia H. Koller; Maria Ângela. M. Yunes (Eds.), **Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.117-140, 2006.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2002.

NETTO, S. **Psicologia da Adolescência**. São Paulo: Pioneira, 1976.

PAPALIA, D.; OLDS, S. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PRADO, L. C. **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.